Entrevista com Luiz Eduardo Soares

Não é por acaso que em outro artigo de **Philosophy and Social Hope** (p.229) Rorty chama de "filósofo" o seu amigo Luiz Eduardo Soares (daqui pode diante LES). O filósofo pragmatista considerava que esta é a denominação adequada para alguém que "remapeia a cultura, isto é, sugere um modo original e promissor de pensar a relação entre vários setores da atividade humana" (**PSH**, p.175). Esta definição da atividade filosófica é útil por ser provacativamente parcial, descartando aqueles que tecnicamente/profissionalmente desenvolvem a escolástica de seu tempo. De modo deweyano, toma a filosofia como mediadora entre o velho e o novo, como uma terapia direcionada para o futuro, ajudando a descartar formas de retórica e terminologia antiquadas que obstruem o progresso da Democracia. A filosofia ganha um sentido utópico, não como uma forma de conhecimento, mas sim como "uma esperança social concentrada em fazer acontecer um programa de ação, uma profecia para o futuro".[1]

Rorty conhecia a tentativa de LES de escrever o romance da violência (no Rio de Janeiro), abrindo espaço para que a Utopia de uma transformação na segurança pública gerasse um novo pacto de sentido; uma redescrição poética da sociedade brasileira e de sua forma de lidar com a violência. LES foi orientado por Rorty em seu pós-doutorado em 1995 na Universidade de Virgínia; um encontro que transformou a trajetória do pensador brasileiro potencializando seu movimento da teoria para à narrativa; assim como, de sua evasão do academicismo nos sentido de desenvolver a condição de intelectual-público politicamente ativo e comprometido com o melhorismo democrático.

LES se filia ao melhor da tradição pragmatista comprometendo-se com o trabalho contínuo de, não meramente distinguir ou cuidar das diferenças entre lobos e cães[2], mas de procurar converter/redescrever o Estado – de lobos – fundando no medo

[1] "Philosophy," Dewey wrote, "is not in any sense what-ever a form of knowledge." It is, instead, "a social hope reduced to a working program of action, a prophecy of the future." (**PCP**, p.ix APUD: John Dewey, "Philosophy and Democracy," in **The Middle Works** , ed. Jo Ann Boydston (Carbondale: Southern Illinois University Press, 1982), vol. XI, 43).

[2] Platão na **República** compara os guardiões necessários para a segurança de sua *polis* com cães, alertando que estes deveriam ser educados com todo o cuidado já que "Para os pastores, a cosa mais tremenda e mais vergonhosa de todas é criar cães para os ajudarem a cuidar do rebanho, de tal modo que, devido à falta de disciplina, à fome ou a qualquer outro mal costume, se pusessem eles mesmos a tentar fazer mal as ovelhas e a assemelhar-se a lobos, em vez de cães" (**República** 416 a). Não por acaso, Trasímaco é retratado no começo da **República** (336b) como um lobo pronto para atacar. O cuidado com

em uma sociedade que pressupõe a confiança mútua.

Em verdade, hoje provavelmente Rorty concordaria em descrever LES como fez Paulo Ghiraldelli recentemente: ele é um poeta que procura reconstruir a confiança prosaica na segurança pública, e que, na medida em que desenvolve seu poema constrói a si mesmo criativamente. Justificando estas duas denominações existe a força de uma obra que ultrapassa as fronteiras disciplinares e recoloca, para cada um que trabalha nas Humanidades, a interrogação acerca do sentido de sua posição como intelectual.

A entrevista a seguir foi realizada em 12 de Janeiro de 2012 e, através dela podemos entender o que Rorty respresentou na trajetória de Luiz Eduardo Soares e como ele adaptou e se apropriou criativamente da obra do filósofo norte-americano.

O senhor fez seu pós-doutorado com o Rorty. O que em seu pragmatismo lhe interessou e que gerou sua aproximação do pensamento dele? O que é útil no pensamento dele para você?

Luiz Eduardo Soares: Se trata muito mais de um encontro entre alguém que fazia investigações e pesquisas em torno de algumas questões obsessivas e tinha sido capaz de negar os tratamentos disponíveis, mas não de formular uma solução satisfatória – que era eu – e alguém que estava muito adiante e que havia incorporado e respondido essas questões, oferecendo um ponto de vista satisfatório. Então, o momento em que eu conheci a obra do Rorty foi muito especial, porque eu não fui impressionado pela obra do Rorty. Eu encontrei na obra respostas para perguntas que eu publicara, que eu vinha publicando há vinte anos. Então, de fato, foi um encontro muito maduro nesse sentido. E qual era a pergunta? Eu desde a graduação, no final da graduação, comecei a me dar conta de que havia uma questão que, na época, eu, com muito cuidado, porque sabia que era insatisfatório e que rapidamente dava margem para todo tipo de classificação desqualificadora etc., chamava de criatividade ou de liberdade do sujeito. Eu não poderia reificar esse sujeito e nem tratá-lo como um ente metafísico demiurgico, nem como um sujeito transcendental kantiano. Não se tratava de uma condição de possibilidade, e sim, ao contrário, de um insurgente materializado com corpo, corporeidade e dimensões inconscientes que rompia com as estruturas ainda que essas fossem sempre relevantes. Então, já na graduação, eu me perguntava sobre a *parole*,

---

a diferença entre lobos e cães reaparece no Sofista numa analogia entre filósofos e sofistas, "como a entre o animal mais selvagem e o mais doméstico" (**Sofista** 231 a).

estudava literatura, estudava linguística, estudava Saussure. *Langue*/*parole*, essa dualidade. Como é que a *parole* se realiza? Ela não é uma execução da *langue*. E depois encontrar, tantos anos depois em Wittgenstein, questões semelhantes, reformuladas, mas que eram de fato relevantes. Chomsky oferecia a transformacional, soluções que eram respostas estruturalistas e neo-estruturalistas, claro que gerativo-transformacionais, mas que eram modulações das formulações estruturalistas. Durkheim no funcionalismo pensava nas grandes estruturas e na forma de desempenho. E eu fui procurar na filosofia da linguagem de Austin muitos anos depois os atos de fala, os atos de palavra e eu via remições a Marx que não eram muito bem incorporadas, de um Marx que focalizava as ações para além das estruturas, causalidades etc. Evidentemente, sabendo que o terreno era muito perigoso. O terreno da metafísica, em que categorias já conhecidas nos capturariam rápida e facilmente para uma filosofia da consciência, uma filosofia metafísica já gasta e despotencializada. Como trabalhar o problema da potência, o problema da intervenção, o problema desse dispositivo, desse sujeito operando. Então 71, 70, 71, 72, o estruturalismo não me oferece uma solução. O marxismo, cada vez mais marcado pelo estruturalismo, exorciza essa questão complemente. A linguística, remetendo para a semiologia e para a velha dicotomia – como se a dicotomia fosse suficiente – *langue/parole* e o transformacionismo chomskiano. A filosofia da linguagem não avançava e aí eu cheguei a Wittgenstein. Aí foi um salto extraordinário e eu chego aos exegetas de Wittgenstein. O que significa seguir uma regra? Agora estamos chegando muito próximos de questões-chave para compreensão, seja da linguagem, seja do funcionamento da vida social, seja para as problemáticas atinentes ao sujeito e às questões relativas ao inconsciente. Lacan me abria perspectivas, mas que também rapidamente se fechavam, num discurso autorreferido pretensamente positivo, neopositivo. Não é a toa que formou suas Igrejas de seita, seus gráficos etc., solucionando os problemas ainda que ele tenha formulado as questões referentes ao sujeito de uma maneira extraordinariamente fascinante. Para mim, muito marcante. Lacan foi muito marcante, mas no fundo eu sentia ali uma sonoridade. Eu sentia uns ecos hegelianos, de uma dialética que, entretanto, era evidentemente abortada num certo momento, para que uma suposta ciência neofreudiana fosse apresentada. Então, não era confortável. Deleuze começa a trabalhar essa questão muito fortemente. Ele tem um parentesco com Espinosa e traz o problema não mais apenas do desejo dessas formas de potência e da intervenção, mas o afã teoricista muito marcante na tradição francesa

acaba subvertendo a totalização de uma filosofia plena um tratamento que poderia se mais fértil e era para mim insatisfatório. Eu, entretanto, seguia com o problema, procurando apresentá-lo em suas faces mais triviais, e era muito curioso porque ninguém respondia as minhas interpelações, os meus questionamentos, nem meus colegas, meus professores... e a maioria desqualificava o próprio problema. Era uma situação angustiante. Eu me lembro, por exemplo, de uma exposição, de novo... eu tinha me reportando a Lúcia do Prado Valadares, falando sobre o fato de ela ser mediadora, por ter convidado o professor Rene Lourau, ela era anfitriã. Agora eu me reporta a ela, a uma palestra que ela deu no Museu Nacional. Eu me lembro que eu estava entrando no Museu, estava realizando o mestrado no Museu em Antropologia e ela tinha terminado sua tese "Vende-se uma casa", "Passa-se uma casa", sobre mercado imobiliário e ações sociais etc. E ela nesse momento, foi expor o seu trabalho sobre as crises urbanas no Brasil, os conflitos urbanos que estavam surgindo, quebra-quebra em trens, alguns sinais, alguns sintomas de que a sociedade começava a dar mostras de inquietação para além dos controles repressivos que até então impunham-se e silenciavam toda sublevação. Era muito interessante porque eu ouvia a exposição, que era rica, interessante, repito, e fazia eco ou depois foi matriz inspiradora de outros tantos trabalhos, uma série de trabalhos interessantes, todos eles mais ou menos seguindo as mesmas linhas. E, para simplificar, eu fiz uma intervenção no final da palestra dela dizendo o seguinte: "Parece que há subjacente a toda reflexão uma espiral conceitual, teórica. Partem de estruturas mais amplas até determinantes mais imediatos, contextualizando o evento que é o objeto da reflexão, da pesquisa e, no entanto, falta sempre um liame, um elo, um laço entre o contexto e o evento. Por mais que se especifiquem as causas imediatas, as determinações, as condições favoráveis, continua sendo absolutamente misterioso, enigmático e ininteligível emergência do evento. Tanto que você tem as mesmas condições alhures e não o evento, assim como você tem a língua e não o poema. E o poema só existe depois de ter sido escrito e ele é em si mesmo sua razão de ser e se esgota em si. Há, evidentemente, condições necessárias. É preciso que haja o poeta, a pena – pare remeter ao século XIX, o papel e a língua e a tradição e os outros poetas etc., mas isso não basta.

Nenhum poema basta para a poesia, não é.

Luiz Eduardo Soares: Nenhum poema basta. Então, como não há aí encapsulado, não

há uma irracionalização, o mascaramento de uma interrogação que deveria ser objeto de nossa interpelação. Será que não há aí nos escombros de uma imensa construção, por fora magnífica e aparentemente intocável na sua coerência interna, não é que não há um abismo insondável que é o sujeito e sua liberdade, o seu gesto, o seu ato. E falar disso é muito difícil; é mais fácil falar no negativo porque senão de novo nós somos capturados por uma linguagem facilmente desqualificável. O problema não é o mesmo da criação estética em alguma medida, inevitavelmente guardadas as distinções, mas há uma certa [especificidade]... pois bem, o problema não era reconhecido, era desqualificado sempre. As respostas nunca me satisfizeram e, no entanto, isso permanecia. Eu trabalhei essa questão em "Trotski e travesti", mostrando como Trotski confundia causalidade com verossimilhança e como o gesto, o momento, o evento – eu não utilizava a palavra contingência, posso ter usado, mas não no sentido rortyano aí –, como essa questão era decisiva. Eu escrevi um texto, "Os impasses da cultura e a precariedade da ordem social" e eu fui, me tornei professor da UNICAMP, em 1983, e publiquei no caderno da UNICAMP, acho que de número 13. Depois, eu publiquei um outro texto dando sequência a esse. Eu tinha escrito esse texto já num trabalho de fim de curso no IUPERJ quando comecei o doutorado em 1981, 1980. Enfim, essas eram questões sobre as quais eu escrevia na passagem da década. Eu fui reprovado no Museu Nacional, porque eu tinha tido... eu tirei primeiro lugar quando entrei no Museu. Havia 98 ou 99 candidatos em 1975. Eu comecei em março de 1976, tirei primeiro lugar. Fiz ótimos cursos, com excelentes notas, fui um dos primeiros, o primeiro ou o segundo a terminar a tese de mestrado. A tese foi depois publicada etc. Quando eu fiz, então, o exame para o doutorado, eu achava que eu seria aprovado porque havia mais vagas do que candidatos e eu tinha um histórico muito bom. Então, eu apresentei de uma maneira diferente, mas no fundo eu apresentei essa grande questão que já era minha questão, para ser trabalhada teoricamente no doutorado da antropologia e tal, discutindo teorias da cultura, discutindo marxismo, discutindo o problema da agência e as implicações disso. E aí eu usava e mobilizava discussões que se davam na filosofia e na própria antropologia, linguística etc. Mas não era arrogante ou pretensioso, ao contrário. Eu fiz um esforço grande para deixar bem claro que as questões estavam todas abertas. Eu estava ali buscando aprender, ouvir dos professores e buscar o amadurecimento dessas dúvidas. E elas me perseguiam desde o início e eu não tinha encontrado soluções, mas, de fato eu fiz um esforço, no entanto, de não apresentar ali "invenções da roda", de

modo algum. Bom, apesar de ter mais vagas que candidatos eu fui reprovado. Até isso gerou uma crise lá no Museu, havia problemas políticos internos com meu orientador que não estava presente, essas coisas. Mas o que importa é que era uma declaração da instituição de que era a minha questão semostrava impertinente. Está certo, pelo menos naquele grupo que fazia a seleção. Porque não era falta de vagas, repito, e eu nem tinha um mal histórico, ao contrário eu apresentei essa mesma proposta para a professora Ruth Cardoso, que me aceitou na USP. Apresentei para o professor Roberto Cardoso, que me aceitou na UNB. Apresentei no IUPERJ, fui aceito. Eu preferi ir para o IUPERJ, porque a UNB não conseguiu abrir o doutorado, porque o reitor era um coronel ligado à Ditadura – Azevedo, acho –, que perseguia o Roberto Cardoso e proibiu a abertura do doutorado. A professora Ruth foi super generosa, acolheu-me, mas para eu ter a bolsa da Fapesp, [que] seria fundamental para eu sobreviver, eu teria que morar em São Paulo. Eu não podia. Eu tinha acabado de ter filha, ela tinha acabado de nascer. Eu dava aula e eu tinha que continuar mantendo as aulas porque tinha que sobreviver. Então, não tinha como ir, mas, surgiu a possibilidade de ir para o IUPERJ, e foi assim que fui para o IUPERJ. Mas eu estou te contando esse... foi a minha grande frustração na vida acadêmica essa reprovação para o Museu que era inesperada, que foi de alguma coisa, de fato uma declaração político-intelectual contra essa questão; e professores da banca diziam, alguns deles, que era uma questão resolvida, estava arrombando portas abertas, dando tiros de canhão para matar mosquito. Que isso é bobagem, que a teoria da cultura tinha resolvido isso. Que o marxismo tinha resolvido isso. Bom, e eu escrevi depois A indeterminação da subjetividade e a... esqueci o título.[3] O texto, um texto longo que dava sequência ao impasse da teoria da cultura e precariedade da ordem social, publiquei em Campinas, depois escrevi "**Luz Baixa Sob Neblina**", que, alguns anos depois foi publicado na Revista Dados e depois, foi publicado num dos meus primeiros livros ou... " **Os Dois Corpos do Presidente**" ou "**O Rigor da Indisciplina**"[4]. Se você algum dia tiver oportunidade de ler os vários ensaios que eu escrevia sobre a teoria da cultura, sobre filosofia, antropologia, sobre filosofia, filosofia política, e sociologia, sobre teoria da cultura rá rá rá, você ia verificar que eu sempre tratava desta questão [utilitária], no positivismo eram os meus antípodas, mas o estruturalismo e as soluções

[3] Trata-se de "Subjetividade indeterminada, ceticismo da razão sociológica e o colapso da identidade social: fragmentos de uma reflexão em curso". In: **Linguagem e fundamentos da ciências humanas e sociais.** Rio de janeiro: PUC, 1983.

[4] C.f. "Luz baixa sob neblina: relativismo, interpretação e antropologia". In: **O rigor da indisciplina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.71-95.

dialéticas não me serviam, as soluções metafísicas e a questão do sujeito da *poiesis*, eu não usava essa expressão. E digamos, da autonomia do evento, se colocavam para mim como absolutamente chave e isso traria impactos muito profundos sobre o que gente vendia por ciência social por política, por filosofia, política etc. Sem evidentemente adotar uma perspectiva voluntarista, demiúrgica, ou do grande líder ou do desapreço pelas estruturas, pelas condições. Não se tratava disso, porque justamente o trabalho da *poiesis* ou do poeta é dialogar com as suas condições linguísticas, com o seu passado, com a influência... com a angústia da ansiedade da influência, da palavra etc. Então, num certo momento, eu acho que, por mediação do Jurandir Freire Costa, se não estou enganado, caiu-me um livro do Rorty no colo acho que foi **Contingência, Ironia e Solidariedade. [**...]. Eu acho que eu li uma resenha do Jurandir Freire Costa. Fiquei inteiramente perturbado positivamente. Porque estaria discutindo as questões às quais eu vinha escrevendo com outra linguagem há séculos. E então eu liguei pro Jurandir que eu já conhecia e admirava. O Jurandir vinha estudando o Rorty, falou-me sobre o livro. Na época era muito difícil de a gente conseguir os livros americanos. Ia ter que importar. Eu consegui, então, que ele me emprestasse, fiz logo uma cópia e comecei a ler todas as coisas do Rorty. Fiquei impressionado. Mas impressionado porque não foi aquela descoberta de encanto novo que te abre caminhos, foi o apaziguamento de tensões que eram ali já, entre aspas, "imemoriais", virando atávicas. Claro que as soluções não estão todas dadas, nunca estão. Não é disso que se trata, mas foi possível encontrar uma outra maneira de falar sobre as grandes questões que me perturbavam e que me inspiravam de uma maneira muito produtiva e fecunda. E eu percebi que eram questões autênticas absolutamente legítimas. Se eu tivesse tido um interlocutor um pouquinho mais sensível e atento, que conhecesse esta outra possibilidade, há algum tempo eu teria já sido encaminhado para leituras que me teriam ajudado muito. Infelizmente no campo das ciências sociais, as pessoas se leem mutuamente pouco a não ser em determinadas condições. Então, aqueles que talvez pudessem ter tido oportunidade de me ajudar não souberam do que eu fazia, não conheciam as minhas dúvidas. O fato é que eu permaneci solitário e o psicanalista Jurandir [Freire Costa], que naquele momento estava trabalhando com o Rorty, foi quem me fez conhecer esta alternativa. Isso, portanto, bem depois do **Filosofia e o Espelho da Natureza**, né? Então foi assim, eu conheci a obra do Rorty quando eu já estava em velocidade cruzeiro tentando lidar com questões que me atazanavam ao longo de quase duas décadas, uma

década e meia. E foi muito, muito feliz este encontro para mim.

Você e Rorty tiveram um debate sobre globalização e políticas ligadas à ideia de identidade. Em quais pontos você se distancia de Rorty?

Luiz Eduardo Soares: Não sei, eu acho que o Rorty, pelo fato de não ter esta formação antropológica, era mais um homem do ocidente, da sua geração, do meio urbano, um norte-americano e que as grandes questões não eram as questões relativas à diversidade, não eram relativas ao um pluralismo mais profundo, mas diziam respeito a distinções entre vocabulários para descrever experiências e realidade etc. Eu acho que há uma diferença aí em algum nível político e há uma diferença cultural e até estética na medida em que de fato o Rorty não incorporou a temática cultural, a temática antropológica cultural e etnológica, né? E para isso as diferenças que estão no mundo são as diferenças entre as filosofias. E as filosofias são aquelas conhecidas e apresentadas nas universidades ocidentais. E ele estaria aberto a considerar qualquer outra, como ele disse várias vezes, desde que qualquer outra fosse lhe apresentada. E quanto ele dizia que outras não seriam apresentáveis, que não se davam a ver por apresentação, neste mesmo sentido, não seriam descrições deste tipo, seriam teorias ou passiveis teorizações desse tipo, ele sequer compreendia. Eu sugeri que ele lesse Eduardo Viveiros de Castro, e alguns autores da etnologia. Cultura, pelos menos para mim, eu diria que é a cultura é muito mais do que um vocabulário, porque envolve profundamente emoções e forma de funcionamento do sujeito em níveis muito profundos, em toda sua sensibilidade, de tal maneira que o sujeito não se forma senão já a partir deste campo, que não é um campo apenas de descrições possíveis, sim de vivência e experiência. E aí há uma outra questão derivada que também nos afasta, que é o sentido da experiência, quer dizer, a linguagem de Lacan faz sentido para mim, assim como uma linguagem mais existencialista, e isso não fazia sentido absolutamente para Rorty. Quando eu pensava o sujeito como manifesto nas suas ações e nas suas palavras, mas sempre se furtando a dar-se porque não está ali no lugar em que, entretanto, aparece, na descrição lacaniana, do sujeito na linguagem, que é o sujeito não substancializável, e perfeitamente compatível com a visão não existencialista e não fundacionalista do Rorty, mas um sujeito que é atravessado por linguagem ou você poder dizer também experiências, das quais ele não dá conta, que o ultrapassam. Que, no entanto, só se dão a conhecer ou a compartilhar por seu intermédio em alguma medida sem que ele, seja senhor desta reconfiguração no

sentindo consciente racional. Aí é complicado. Eu acho que a formação da filosofia analítica faz com que a psicanálise escape. A não ser numa formulação muito cartesiana, quase positivista. E faz com que a multiplicidade cultural escape, e por isso também o sentido da política passa a ser um sentido mais reduzido. Ele, por exemplo, me convidou para falar num seminário que organizou, e cuja finalidade era criticar a visão dos derridianos de que há política na desconstrução, na desconstrução e no discurso deste tipo, quando para ele, por mais que ele respeitasse Derrida, política se dá no movimento social, no sindicato, no partido. Ele queria politizar estas questões. Ele estava irritado com esta pseudopolitização da universidade americana que reduzia tudo à teoria, e a boa política era a política da teoria. E eu não concordava com o Rorty. Eu achava que, apesar de compreer a sua posição, também compreendia a posição dos derridianos. Eu também achava que era também política a atitude, a intervenção que eles faziam, porque se tratava de recompor, de reconfigurar uma própria possibilidade de subjetivação. E isso escapava, isso escapava. Então não estou dizendo que eu soubesse o que ele não sabia. Não tenho esta ousadia. Nós tínhamos visões um pouco distintas e a questão da experiência e do sujeito e a problemática da multiplicidade cultural nos afastava. Aí é claro que, então, a utopia ficava lascada por isso. Eu não quero dizer com isso de modo algum que ele seja um pensador burguês, pelo amor de Deus, como ele dizia, porque ele podia dizer, mas eu não posso. Porque ele fazia isso com auto ironia etc. Burguês no sentido que nós todos somos burgueses sim, óbvio, aí é uma discussão sociológica, mas poder-se-ia dizer que ele é um americano de sua geração, um burguês brilhante, muito aberto e democrata, mas que vê o mundo de Stanford ou de Virginia ou de Chicago etc. e que não incorporou as dimensões mais profundas da peste psicanalítica, da experiência que naufraga por conta da implosão do sujeito e que não dá conta do problema da multiplicidade cultural antropológica e etnológica. Para mim isso é muito forte e tem impacto, evidentemente, da política. Agora dizer isso não significa desmerecê-lo, pelo amor de Deus. E ele é... Há uma dimensão também prática da vida dele, que ele não era nada disso. Ele era das pessoas mais compassivas e generosas que eu já conheci. Fazia pacotes de livros e gastava uma nota mandando livros para quem não podia comprar, para quem não podia ler ou pra quem estava proibido de ler pelo regime político. Ele não aceitava dinheiro de países mais pobres. Quando recebia o pagamento, fazia questão de gastar tudo no país da maneira que fosse mais solidária. Não admitia secretários ou secretárias. Isso tem a ver

com o pai dele, tem a ver com a mãe dele, tem a ver com a prática sindical. Ele ia ao correio pessoalmente, buscava, levava correspondência, carregava os pacotes, voltava. Não admitia esta intermediação de vassalagem, sabe, autoritária etc. Tinha um sentido socialista no sentido melhor que é o... assegura esse termo humanista, socialista, se você quiser cristão, ou judaico cristão, ou religioso no sentido de uma solidariedade humana muito forte, uma repulsa à desigualdade, uma repulsa à injustiça, uma repulsa ao preconceito, uma repulsa à humilhação do ser humano, sabe? De uma forma muito intensa. Às vezes, você tem um sujeito que é um líder político que fala estas coisas todas, e que na sua prática faz o contrário.

Como surgiu o projeto da tetralogia? Já no tempo de seu pós-doutoramento?

Luiz Eduardo Soares: Não, isso foi gerado depois, muito depois. Eu nunca tinha imaginado aí a tetralogia. O que de mais próximo do que aconteceu depois já existia foi o seguinte: em 98 antes de ter a minha primeira experiência em gestão pública (e já há mais de 10 anos que eu estava envolvido com estudos, sobre violência, segurança pública etc.) eu propus ao George Marcus, o antropólogo que na época estava em Rice no Texas e agora está numa Universidade da Califórnia em Irvine. Ele veio ao Rio no seminário que eu organizei. Nós somos amigos há muito tempo. Ele editava uma coleção muito interessante chamada Late Editions na Universidade de Chicago. Eu até publiquei um capítulo num dos livros que ele organizou do Late Editions.[5] Eu propus ao George e ele topou, e eu estava muito empolgado com este projeto fazer, uma pesquisa que me permitisse trabalhar diferentes vozes, em que eu pudesse descrever o cotidiano da produção simbólica e existencial da violência em política, em matizes distintos em dimensões diferenciadas simultaneamente. Em que eu teria os bastidores de governo em níveis diferentes. Os bastidores institucionais em níveis diferentes. As unidades institucionais distintas e em níveis hierárquicos diferentes. O universo médico dos atendimentos, não só do IML, mas também dos atendimentos de emergência. A imprensa e esta máquina de redescrição cotidiana. A imprensa e a mídia em geral. Eu escolheria espaços especialmente relevantes para isso. Achava que uma descrição de um processo durante um período, um ano, trabalhando cotidianamente a produção da

[5] Cf. SOARES, Luiz Eduardo. "A toast to fear: ethnographic Flashes and Two Quasi-Aphorisms". In: MARCUS, George (ed.). **Paranoia within Reason: A Casebook on Conspiracy as Explanation.** Chicago: University of Chicago Press, 1999 p.225-239.

noticia – o trabalho da reportagem, corta, recorta, faz a bricolagem, compõe e edita, incorpora contextos, ressignifica, troca, cita –, isso com suas múltiplas vozes, porque a mídia é multi vocal, com as práticas de governo e as práticas também médicas e o sofrimento diretos das famílias, vítimas etc. Eu teria possibilidade de compor um discurso muito interessante e rico, e que tinha a ver com um texto que eu publicara no **Violência e Política no Rio de Janeiro**, chamado "O Herói Serial"[6] e com um texto anterior que o título agora me escapa. Ah, eu acho que é o "Mágico de OZ"[7], alguma coisa assim. Eu escrevi dois textos sobre novos desenvolvimentos sociais e sobre o Viva Rio etc. E ali já apresentava uma descrição inicial sobre a construção multivocal da violência como parte social e parte social total inclusive. Eu já apresentava indicações que conduziram a uma pesquisa nesse sentido. Nesta pesquisa, eu apenas desdobraria o que ali já se encaminhara ou se indicara em possibilidade, em hipótese interpretativa e operacional, metodológica etc. O George achou ótimo, ficou animado e eu estava superencantado com esta possibilidade. E eu estava participando da campanha ao governo do Estado. Anthony Garotinho era o candidato ao governo do Estado. Como hoje ele tem uma imagem tão degradada, tão deteriorada, que é sempre muito difícil 10 anos depois ou 11 anos depois ou 12, você explicar este personagem, dado que ele continua ativo e hoje tem outro significado. Naquele momento era o candidato apoiado pelas esquerdas que se opunham ao candidato César Maia, apoiado pelos conservadores, com um discurso muito duro, contrário aos Direitos Humanos, que apontava numa direção muito perniciosa na área da segurança pública, da violência, no campo criminal etc. Então não havia dúvida nenhuma na minha tribo, na comunidade de meus interlocutores, quanto ao que fazer nas eleições. Alguns anulariam o voto porque veriam já criticamente o Garotinho e lá na frente teriam sua razão. Mas dado que a competição opunha uma possibilidade de transformação, de inovação com alguns compromissos que deviam ser assumidos, e um candidato que reiterava o discurso contrário aos Direitos Humanos etc., para chancelar e oficializar o massacre que tinha ocorrido poucos anos antes no governo Marcelo Alencar com o General Cerqueira, com gratificação faroeste. Parecia eticamente justificável que houvesse ali a hesitação, ainda que a gente compreenda por que alguns tenham decidido anular o voto. Bom, quando o

[6] "O Herói Serial e a sensibilidade pragmática". In: SOARES, Luiz Eduardo *et alii*,. **Violência e política no Rio de janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996. pp.283-309 .

[7] "O Mágico de Oz e outras histórias sobre a violência no Rio". In: SOARES, Luiz Eduardo *et alii*,. **Violência e política no Rio de janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996[a], pp.251-272.

Garotinho venceu e veio me convidar pra participar do governo, eu fiquei muito surpreso porque a minha expectativa era solicitar que ele abrisse a possibilidade de fazer aquela pesquisa. Até ao final, inclusive, eu estava conduzindo o grupo de transição, tinha o papel de conduzir, de coordenar a transição na área da segurança, e até às vésperas da posse eu não tinha recebido convite nenhum, mas insistia com o Garotinho para que ele... até porque eu tinha ajudado bastante. Eu tinha escrito livro, tinha ajudado na orientação na campanha nessa área e essa área tinha sido decisiva para a vitória. Enfim, tinha dado muita contribuição e achava que merecia que ele abrisse para mim as portas para que fizesse esta pesquisa. Eu queria fazer esta pesquisa. Bom, quando ele me convidou, eu, então, troquei a pesquisa pela participação direta. O que acabou sendo muito vantajoso porque eu tive benefícios de uma nova experiência, que não teria, pela minha pesquisa. E, por outro lado, percebi claramente o quão ingênuo eu estava sendo porque não haveria pesquisa alguma, seria inviável. A única pesquisa possível neste caso, para este tipo de pretensão que eu tinha, era pela imersão direta. Porque a outra só teria sido viável se eu tivesse o nível de acesso que seria completamente irrealista. É o tipo de acesso que só se tem quando se está participando efetivamente. O observador não tem, não pode ter por definição. Isso não existe. Então, acabou sendo, por vias indiretas, o meio pelo qual eu acabei fazendo o que eu buscava fazer. Eu não fiz em todas as esferas. Eu não fiz no Instituto Médico Legal e no hospital e nem fiz dentro da mídia, mas mesmo assim tive um acesso aos editores, aos repórteres e ao seu trabalho cotidiano que eu nunca tivera antes, com muita profundidade. Porém não foi evidentemente a observação que poderia fazer. Mas por outro lado deu-me acesso aos bastidores de governo, bastidores das instituições que eu nunca teria de nenhuma outra maneira. Portanto, graças a isso, eu pude escrever **Meu Casaco de General** e muitos trabalhos subsequentes derivaram desta possibilidade. Então, a tetralogia nasceu mais tarde de uma maneira muito casual. É claro que essa ideia de múltiplas vozes, de múltiplas dimensões, meio faulkneriana, da ideia de contar a mesma estória de ângulos diferentes, simultaneamente, etc. é claro que isso estava presente. Mas isso só foi possível configurar e se tornar uma realidade um tempo depois. Final de 2002, eu tinha ajudado o Celso Athayde, meu amigo, a organizar o [prêmio Hútuz] [...] um festival de Hip Hop que ele organizava todo ano. E era sempre muito difícil organizar. Ele tinha que trazer gente de todo país e, alugar o salão, fazer a divulgação, realizar iluminação, aquelas coisas todas que exigem muito recurso. Ele gastava tudo que tinha e o que não tinha. Vendia o carro modesto que ele tinha, conseguia um empréstimo... não havia

muito interesse das empresas em patrocinar. [...] E nesse ano, tentei ajudá-lo. Fui a um ou outro lugar com ele, para ver se ajudava. Ele ganhou um dinheirinho aqui, outro dinheirinho alí, mas como sempre acabou com dívidas e superapertado. Ele me ligou: "Luiz, eu preciso de um empréstimo, vendi meu carro, tudo que eu tinha, tô devendo. Tenho que dar um jeito nesta situação". Eu disse: "Celso, eu não tenho um tostão na poupança, não tenho poupança. Tenho meu ganho mensal, eu não tenho como tirar. Eu não tenho um carro, não tenho nada. A única coisa que posso fazer nesse momento, a única liquidez, fonte de liquidez, é o meu contato com editoras e tal...". E uma editora tinha um contato comigo e feito uma proposta, se eu tivesse manifestando interesse, se eu tivesse alguma coisa para publicar porque ela tinha gostado imensamente do **Meu Casaco de General**, que disputou o Prêmio Jabuti, ficou no segundo lugar no final, ficou até o final ali e acabou perdendo. Mas, enfim, eu disse: "Celso, eu posso propor um livro e pedir um adiantamento, ou alguma coisa assim, e o livro nós dois escrevemos juntos. Aí, eu te dou o dinheiro que vier e isso vai ser pouco, mas já ajuda. Você topa uma coisa dessas?". Aí ele: "Pô, nunca escrevi um livro, mas topo qualquer coisa. Agora não vou dizer que não. Eu estou precisando de dinheiro, se é esse, vamos lá, vamos nós." Eu, "Então tá, então tá, vou a luta." E falei com a Isa Pessoa, a respeito disso, que eu tinha a ideia de fazer um livro e se dava para a gente conversar. Ela foi lá em casa, num sábado. Eu alugava um apartamento com a Miriam ali no Flamengo. E antes da Isa chegar eu não tinha pensado de fato no que fazer. Eu não tinha nada organizado. Tinha sido um ano muito político, 2002. Eu fui candidato a vice-governador no Rio, estava muito envolvido com política. O Lula tinha sido eleito. Eu não tava sabendo o que ia acontecer no governo Lula, se eu ia participar, como é que ia ser. Tudo uma enorme interrogação. Eu não tinha plano para nenhum livro. Mas, imaginei: bom, "o que seria natural?". Seria legal o [M.V.] Bill também participar. O Celso sempre trabalhando com o Bill, e nós três fazermos juntos. O Celso também topou isso. O Bill topou. Então, podia ser que a gente trouxesse a realidade dos jovens envolvidos com o tráfico nas favelas numa visão mais interna que eles poderiam proporcionar. Eles têm contatos em comunidades, cresceram em comunidade, têm toda possibilidade de proporcionar um acesso que eu não teria, por mais que me esforçasse, e por mais que tivesse outros contatos. Não seria diferente. Então, nós poderíamos escrever e cada um de nós escrevendo e assinando os capítulos individualmente. Com respeito à individualidade, com respeito à autoria. Eu faria uma edição geral e tal, só para ajustar,

mas sem mudar conteúdo, nem o estilo. E nós trabalhando ali no vício, os jovens das favelas no Brasil e o seu ponto de vista, buscando compreendê-los antes de julgá-los. Porque eles são desde já objetos de uma ou de outra, ou interpretação sociológica, ou de um julgamento etc. Vamos ouvi-los. Era um esforço mais vivo de ouvi-los no sentido mais antropológico, ainda que isso não fosse trabalho acadêmico, com categorias antropológicas. Muito bem. Eles toparam e eu estava, então, preparando-me para receber Isa Pessoa e apresentar a ela esta proposta. Aí conversando com Miriam, que me ajudou a formular esta ideia também, a Miriam disse o seguinte: "Olha, porque você não propõe uma trilogia? Ao invés de um livro, você propõe uma coleção, uma série. Fica mais interessante. Tem os meninos... aí você poderia fazer da prisão, os prisioneiros e depois os egressos. Alguma coisa deste tipo" Aí eu disse: "Pô, interessante, então... tem razão. Só que eu vou fazer... então, vou propor a polícia, porque eu tenho muito contato... aí eu faço a polícia, que ainda não se fez. A gente faz os inimigos do tráfico, os inimigos dos meninos do tráfico, são os policiais, por assim dizer, e depois os presos. Vamos fazer assim", "Tá, legal". A Isa chegou, eu apresentei a ideia e ela gostou muito.. Contratamos o primeiro, que seria o **Cabeça de Porco**, foi o **Cabeça de Porco**. Passei o adiantamento para o Celso e tal, ele ficou satisfeito e aí tivemos que fazer o livro. Como eles então, estavam começando a desenvolver, e depois tiveram muito tempo pra desenvolver, a pesquisa deles mesmos para ro documentário que eles iriam fazer[8], tinham muita entrevista e muita história pra contar nas favelas do Brasil inteiro. Isso eles foram desenvolvendo a partir daí. Eu fui se Secretário Nacional, só voltei ao projeto no final de 2003. Então, trabalhei o ano de 2004 inteirinho nesse projeto. No final de 2003, o ano de 2004 inteirinho e em 2005 no início do ano nós concluímos. Eles iam mandando para mim ao longo de 2004, desde final de 20003, 2004, eles iam mandando os textos. A gente se reunia pra conversar e ficou pronto o livro. Quando o **Cabeça** tava pronto eu disse: "Bom, então se trata de fazer o outro, né". Aí eu tinha vários amigos na polícia e [havia] um deles, que era sempre muito eloquente, com muitas histórias interessantes. Liguei para o [Rodrigo] Pimentel e propus a ele que nós fizéssemos um livro que seria a sequência do **Cabeça de Porco**, mas agora na polícia. [Perguntei] se ele topava participar comigo. Aí ele topou na hora e disse que seria legal chamar o [André] Batista. Porque justamente, ele e o Batista, estavam trabalhando com o Zé [Padilha]. Conversando com o Zé sobre um filme que o ele estava querendo fazer

[8] Falcão – meninos do tráfico.

sobre polícia. Que era bom a gente até se encontrar pra harmonizar as ideias. Ai nós almoçamos juntos, o Zé Padilha, o André Batista, que eu já conhecia, mas de quem ainda não era amigo, o Pimentel e eu. Batemos o martelo, "Nós vamos fazer o livro e eles vão fazer o filme". O Zé, que já me conhecia pelo **Ônibus 174,** o documentário que é um excelente, sensacional trabalho. Eu dou uma longa entrevista para ele no **174**. A entrevista que eu dei foi mediada pelo Pimentel, o Pimentel até que sugeriu, que levou o Padilha à minha casa, até nessa mesma casa, apartamento, lá no Flamengo. E o Padilha disse que essa entrevista mudou o filme. Que ele tinha um roteiro, mas fez outro roteiro que é todo costurado por essa entrevista, e a questão da invisibilidade organiza todo o filme. Dado que a entrevista foi tão importante e eu adorei o filme, nós criamos esse laço mais profundo e ele ficou muito satisfeito, então, com a ideia. Nós faríamos um trabalho, de certa forma conjugado, em diálogo. Não é que o livro seria a base do filme, nem o filme base do livro, mas ele ia fazer o roteiro. Estava começando a esboçar o roteiro, eu faria o livro e nós íamos trocando figurinhas e isso seria bom pra todos. Ele já tinha o título **Tropa de Elite**. Aí eu na hora disse assim: "o meu é **Elite da Tropa**" para a gente manter justamente a ideia da complementaridade e da diferença que oficialmente tínhamos. Vamos ter as mesmas fontes e as nossas intenções são as mesmas: criticar a violência policial, mas entendendo como é que os policiais, eles próprios, tantas vezes são vítimas também no processo do qual são algozes – paradoxalmente –, porque eles estão educados numa certa cultura e conduzidos a uma certa prática, sem que isso venha abolir a sua responsabilidade individual ou até a história. Mas as intenções são as mesmas, as fontes seriam as mesmas e as histórias as mesmas. Bom, fizemos o **Elite da Tropa 1**, depois o **Elite da Tropa 2**. A tetralogia... como você vê, o mergulho no mundo dos meninos para compreendê-los antes de julgá-los, o mergulho no universo policial para compreendê-los antes de julgá-los, ainda que as questões fiquem bem claras, é claro. E, então, faltava a... surgiu, surgiu não estava previsto. Eu não fiz a prisão e não escrevi sobre prisão. Isso aí nós resolvemos encerrar num par, seriam só dois livros. Depois veio o terceiro livro que é **Elite 2**. Mas como é que esses três livros viraram uma tetralogia? Porque surgiu o **Espírito Santo**, por uma proposta do Carlos Eduardo [Ribeiro Lemos]. Ele é um juiz criminal, que era juiz criminal, na época, do Espírito Santo e do Rodney Miranda, que à época era secretário de segurança do Espírito Santo. Quer dizer, quando eles me formularam a proposta, o Rodney já não era secretário, depois ele voltaria a ser. Ele teve um interregno aí, foi

secretário em Pernambuco, saiu do Espírito Santo. Nós fomos a Pernambuco em um seminário, eu e o Carlos Eduardo e o Rodney me apresentaram a ideia: "Será que você toparia escrever conosco um livro como escreveu o **Elite**?". Porque no **Elite** foi eu que escrevi, o um e o dois eu é que escrevo sempre, da primeira à última palavra... o acordo é que eu escrevo. Mas as história no **Elite 1,** todas as histórias da primeira parte do livro ou praticamente todas elas, são histórias que o Pimentel e o Batista levantaram. Na segunda parte são histórias minhas, mas fui eu que escrevi porque o meu interesse era justamente com a elaboração literária proto-cripto-ficcional e cívica. No **Elite 2,** são histórias do Cláudio e dos processos que ele me trouxe, sobre as milícias, com história minhas pessoais e de Marcelo Freixo. Então eu... ou uma ou outra história do Batista e Pimentel salteado. Bom, o **Espírito Santo**, então foi feito assim também. O acordo era: "Eu escrevo, mas vocês me dão as informações todas. Todos os processos. Vocês me abrem todas as portas e me trazem entrevistas. Vocês tem que me trazer o conteúdo porque vocês viveram o processo e eu não vivi, não conheço, só a distância". Então, eles trouxeram todo o conteúdo, todas as histórias, toda a documentação e eu escrevi. Com isso, a gente viu que foi se formando, de fato, uma tetralogia. Porque o **Espírito Santo,** na verdade, é uma incursão pela corrupção no judiciário. Não só no governo e na polícia, no judiciário. Então, nós temos o mergulho no mundo dos jovens envolvidos com a violência das comunidades e favelas brasileiras, o mergulho no mundo policial, na violência policial, um mergulho na brutalidade, na crueldade do judiciário, da corrupção do judiciário e, de novo, na polícia, mas agora mais pelo âmbito das milícias. E há procedimentos comuns, são sempre vários [autores], ainda que eu sempre escreva. Com exceção do **Cabeça**. O **Cabeça** não fui eu que escrevi, escrevi os capítulos que assino, o Bill escreveu os capítulos que ele assina e o Celso, os capítulos que ele assina. Mas os outros livros foram escritos por mim. Isso são, de qualquer forma, trabalhos modulares, envolvem outros autores que eu me recuso a tratar como fonte porque eles são fundamentais para o livro.

Em relação à possibilidade do primeiro livro, que eu acho é a possibilidade do projeto como um todo, de transformação pela literatura, de transformação pela escrita. É essa a vinculação mais forte com a obra de Rorty?

Luiz Eduardo Soares: Uma das vinculações é essa da empatia. Quando ele dizia: "Esse não é mais momento dos tratados filosóficos. Nós não vamos construir a paz perpétua

entre as nações persuadindo com a razão e difundindo e universalizando a filosofia que esposamos. Nós precisamos de mais etnografias, reportagens, documentários, filmes, romances, porque nós precisamos criar condições para gerar uma comunidade pela empatia, por reconhecimento do valor individual e por aproximação humana no sentido compassivo para que as emoções façam o trabalho que a razão não foi capaz de desempenhar, de realizar". Então, há uma dimensão, há uma aproximação clara com essa ideia porque eu durante lá 30 anos da minha vida, por aí, 25 ou 30 anos, escrevi os tratados. Fui lido por mil, dois mil, três mil pessoas que são os meus amigos, a minha família, né? Eu não os persuadia nem era por eles persuadido, porque nós sempre concordamos quanto ao fundamental. Nós nos enriquecíamos mutuamente complementando o conhecimento recíproco com a nossa colaboração, com o nosso trabalho pessoal, mas na comunidade nós já somos todos – com raríssimas exceções – defensores dos direitos humanos, nós defendemos a justiça e a democracia. Há uma comunhão entre nós e, portanto, se, e quando lemo-nos mutuamente, enriquecemo-nos mutuamente é claro, mas não expandimos muito a nossa visão, não difundimos a nossa visão, não alcançamos a sociedade com um impacto maior como gostaríamos. Então, escrevendo livros capazes de emocionar, de sensibilizar, de dialogar com o imaginário coletivo, criam-se possibilidades novas de interlocução. Novos atores descobrem a leitura, descobrem o diálogo como forma de construção de opinião, de visão de mundo, de desenvolvimento de sensibilidade de emoção. O jogo empático atravessa fronteiras e de fato amplia as possibilidades de intervenção no debate público em sentido político também.

Parece-me paradigmática para a construção do próprio projeto da tetralogia a história do Marcinho VP e a relação dele com a literatura, como contada no Cabeça de Porco**.[9] Essa crença na transformação através da literatura, dela como abertura**

[9] No livro **Cabeça de Porco,** Luiz Eduardo Soares narra um pouco da trajetória do traficante Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, conhecido traficante de drogas que foi retratado em um livro (do Caco Barcellos) como o **Abusado: o dono do Morro Dona Marta**. Na verdade, Marcinho VP ganhou notoriedade quando foi protagonista do documentário de João Moreira Salles, **Notícias de uma guerra Particular**, assim como, pelas entrevistas que deu quando negociou a autorização para que Michael Jackson subisse o morro para filmar um *clip*. Aqui, o que nos interessa saber é que a partir do contato com João Moreira Salles, Márcio começou a desenvolver o sonho de deixar o crime e escrever uma autobiografia. No entanto, sua tentativa de fugir da imagem de "bandido perigoso", de reescrever sua história, acabou de modo trágico: "Preso, Márcio decidiu voltar às leituras. João [Moreira Salles] lhe fornecia livros. Mostrou-se aplicado nos estudos, comentando cada texto com argúcia e entusiasmo: Machado de Assis, Lima Barreto, Sérgio Buarque de Holanda e vários outros. Por ocasião do lançamento do livro sobre sua vida [de Caco Barcellos], revelou a parentes e amigos os riscos que pressentia. Ele já

para redescrição do sujeito. Você mantém esta crença?

Luiz Eduardo Soares: Eu, se você me permite, redefiniria a questão porque não se trata de transformar alguém na medida que não há esse alguém substantivamente dado é *ex-ante*, né? Você tem um processo sempre de subjetivação. Alguém que passa o seu dia lendo é alguém diferente como ator concreto, substantivo, sociológico de alguém que passa o seu dia jogando carta e fumando e organizando ações para agredir terceiros. Há uma mudança comportamental, empiricamente constatável. O Marcinho que passava os seus dias na prisão lendo os livros que o João [Moreira Salles] levava era o Marcinho ator concreto diferente do Marcinho que antes atuava como os demais jogando carteado e brigando etc. Então, independentemente das profundidades psicológicas do que se passava na alma de cada um, do Marcinho antes, do Marcinho depois, era ele mesmo, era ele diferente. O fato é que esse evento leitura interveio no cotidiano, nas relações, tornou um fato importante, inclusive, micro politicamente a ponto de ele, por isso, não apenas, mas também por isso, ser morto.

Chegamos a uma questão talvez mais urgente, uma questão que me inquieta também: ele manteria essa postura fora da cadeia? Aproximar-se da literatura estando preso, num contexto de privação, é uma coisa, mas até que ponto, tendo a liberdade, ele manteria essa redescrição?

Luiz Eduardo Soares: A pergunta por um lado é fascinante, do ponto vista de um ficcionalista e, e por outro, é impertinente, do ponto de vista sociológico, psicológico etc. Porque é um contrafactual. Ela não tem resposta por definição, porque ele não viveu para isso. Não há nada que defina um ou outro caminho previamente. Ele poderia

---

não fazia parte do mundo ao qual era remetido pelo confinamento e pelos ardis simbólicos, dos quais era vítima e cúmplice. Temia ser assassinado não propriamente porque o livro divulgasse inconfidências que envolvem terceiros, mas pelo simples fato de ser objeto de um livro, destacando-se, diferenciando-se, ultrapassando fronteiras simbólicas que o mundo cerrado da comunidade encarcerada erguia. Essas fronteiras invisíveis eram erguidas justamente para opor-se à diferenciação individualizante — sobretudo quando ela sugerisse possibilidades de mudança e de superação do universo valorativo compartilhado pela sociedade dos apenados. Uma coisa é você converter-se à Bíblia, que é parte do código cultural dos apenados, outra coisa é furar a parede cultural com livros, que são armas poderosas e perigosas porque absolutamente inclassificáveis. Pouco depois de 2003, Márcio foi encontrado morto numa caçamba de lixo da penitenciária em que cumpria pena. Seus livros estavam jogados sobre ele, coroados por um cartaz: "Nunca mais vai ler". Márcio estava proibido de mudar por uma conspiração inconsciente e tácita, que reunia os parceiros mais desiguais e insólitos. Companheiros de prisão não permitiram que ele transgredisse a única lei inviolável: não serás outro (para que eu permaneça o que sou)" (SOARES, 2005, p.107). Na tentativa de fugir da identidade petrificada que lhe atribuíam (e a que ele mesmo muitas vezes se condenava a retornar de modo inevitável), Márcio buscou inspiração na leitura.

qualquer coisa dentro do campo do humano no Rio de Janeiro, das possibilidades sociológicas oferecidas a um ator como ele. Então, o contrafactual não pode ser respondido. De toda maneira, eu te diria que alguém que sai da prisão acostumado à leitura e que agora incorporou ao seu vocabulário outros recursos, e que agora dialoga consigo mesmo e compõe o seu imaginário com outras interlocuções, outras ancoragens, outras referências, outros horizontes, que constrói a sua narrativa agora entrelaçando-a com outras narrativas, é alguém que está num ponto da sua trajetória muito diferente do que estava anteriormente e é alguém que dispõe de outro instrumental, de outros recursos, de outras possibilidades. Isso faz com que se torne perfeitamente plausível a hipótese, ainda que excepcional, de que ele viesse a se tornar uma pessoa muito diferente do ponto de vista prático, do que fora antes [...]

Se esses livros não fossem esses livros, fossem um só, e se fosse a **Bíblia**? Nós temos aí mais ancoragem empírica para verificar. Há muitos casos de conversão que envolvem transformação de comportamento e muitos casos de conversão que não envolvem transformação de comportamento. Ler a **Bíblia** significa ingressar num coletivo, numa tribo, num grupo social e dialogar como algumas instituições, encontrar alguns apoios, suportes e uma estrutura de plausibilidade para usar uma sociologia fenomenológica dos anos 60, uma categoria grata a autores dessa época que trabalhavam com a fenomenologia e com a sociologia fenomenologia. Uma estrutura de fragilidade que ofereceria condições para o desenvolvimento de subjetivação adequadas às condições de um personagem capaz de alterar a sua rota de comportamentos. Isso na religião fica muito claro, porque não é um livro nem é apenas o imaginário; é um conjunto de relações, oportunidades, apoios, instrumentos práticos etc. No caso da literatura o que pesa mais num primeiro momento não é uma comunidade, uma tribo, um conjunto de relações. O que pesa mais são narrativas alternativas, são figuras imaginárias, o que está em jogo é mais a redescrição de si mesmo, né?

Isso é muito raro de acontecer, e é por isso que nós temos nem base empírica para supor. Mas digamos que alguém que leia a sério Sérgio Buarque, que leia Machado de Assis, que leia os autores do modernismo, que leia Gilberto Freire e Caio Prado... que seja um sujeito situado diante de possibilidade narrativas muito diferentes, no um estoque de alternativas de compreensão e interpretação e construção de sua realidade muito diferente do sujeito que não tem acesso a esse estoque.

O juiz Alexandre Martins de Castro Filho é descrito em Espírito Santo **como mantendo uma divisão entre duas partes da sua vida, que você destaca na divisão entre a toga e a tatuagem, da separação que pedia entre espaço privado e espaço público, do corpo tatuado não se deveria inferir o juiz. Ele pode ser considerado uma presentificação paradigmática da figura do "ironista liberal" proposta por Rorty?**

Luiz Eduardo Soares: É muito interessante, muito interessante! Talvez sim, eu nunca tinha pensado nisso, você está trazendo e acho muito interessante. Eu acho que a maneira que o Rorty resolve o problema de "Trotsky e das orquídeas selvagens" e da divisão entre o privado e o público é um pouco vicária, subsidiária, sintomática daquilo que eu considerei, *data venia*, fragilidade do nosso mestre. Na medida em que o sujeito está tratado de modo quase positivista e unilateral, unidimensional, ele se converte mais num suporte de uma filosofia analítica, num suporte de enunciados, num suporte de vocabulários desprovido de vertebração anímica. Ele perde o espírito, no sentido de que perde profundidade analítica, experiencial, cultural e antropológica. Se você me permite como juiz que estou envolvido nessa palavra profundidade etc., pode remeter a uma filosofia metafísica do sujeito, mas se você compreende associando o que eu estou dizendo ao que já dissera antes... com as devidas cautelas, o privado e o público vão ser tratados de modo muito simplório. Para quem compreende que o sujeito não dá conta de si como eu, que o sujeito é um processo, multívoco, polissêmico, pluridimensional, em que os centros gravitacionais das dinâmicas fogem ao seu controle e que os sentidos não são regulados, mas referem-se a dimensões culturais que são formadoras, ainda que possam ser plasmadas por sua intervenção, e que ele é potente como ator poético, como agente de *poiesis* capaz de produzir eventos evidentemente dotado dessa "liberdade" que é o resto, o resíduo, o que nele resiste às estruturas, às linguagens e aos encapsulamentos. Se nós o definimos dessa maneira, muito mais tensa e complexa, evidente que já foi para o espaço o que é eixo na distinção público e privado, porque dentro do sujeito está o público, a linguagem – como dizia Saussure, inclusive já diziam os antropólogos e sociólogos. Pode ser político, portanto, o experimento de Artaud consigo mesmo num certo momento de delírio, o que pra Rorty não faz nenhum sentido, mas para um deconstrucionista faria todo o sentido. Entende? A experiência de Artaud e reviver um ritual e ressignificá-lo e escrever a esse respeito tem uma dimensão privada, mas isso pode se converter também em um signo público que aponta para possibilidades

novas de vivências objetivas que redefine a própria relação do sujeito com a cultura etc. Enfim, as orquídeas e o Trotsky estão muito imbricados numa perspectiva mais etnológica, antropológica, culturalizada e psicanalisada e mais aberta a essas perspectivas. As orquídeas e Trotsky estão muito mais superpostas e as soluções que Rorty encontrou foram menos simples. Nesse sentido, também fica complicado. Não que a sua associação não seja perfeita; ela é perfeita, Rorty provavelmente concordaria, o Alexandre era um ótimo exemplo do ironista liberal. Mas isso, entretanto, não é suficiente para manter de pé essa figura do ironista liberal, entende? Eu acho que é uma construção de *persona* muito interessante, mas também problemática e vicaria, no fundo, de um ideário burguês muito limitado.

No Elite da Tropa 2, **há uma discussão em torno do conceito ou da definição de Rorty de Justiça como "lealdade ampliada", que aparece como epígrafe do livro e às vezes quando você problematiza quais são as lealdades dos policiais, e isso remete a toda a estrutura de poder que gira em torno das milícias etc. Já no último livro** Justiça**, você se distancia um pouco dessa discussão do Rorty para uma postura mais propositiva em termos legais. Eu gostaria que você falasse um pouco dessa diferença da concepção de Justiça. Até que ponto a Justiça pode ser pensada como lealdade?**

Luiz Eduardo Soares: Não, eu acho que essa discussão do Rorty é felicíssima e ela é insuperável do ponto de vista humano, digamos, demasiadamente humano. É insuperável porque por mais que os princípios superiores se definam de outra maneira, o que conta para o ser o humano, até prova em contrário, e nós não conhecemos experiência humana diversa ainda, é o que o Hume dizia. Porque na origem dessa discussão do Rorty está a observação do David Hume sobre a benevolência. Dá a ideia para o Hume de que o ser humano, pelo menos tal como nós o definimos como indivíduo na sociedade ocidental moderna ou, pelo menos, pré-moderna e moderna, o indivíduo se orienta para o seu interesse, entendido o sentido mais complexo, envolvendo os seus desejos e a sua vontade de sobreviver e necessidade de sobreviver a seus impulsos duais etc. e os interesses e os afetos e os desejos daqueles que são de seu amor, de seu vínculo primário, do seu vínculo mais constitutivo, são os seus próximos, em geral os seus próximos, seus familiares etc. O Hume fala da benevolência, ele diz:

“olha é errado o que o Locke diz a respeito do indivíduo puramente utilitário e voltado para sim mesmo.”, ou o que o Hobbes diz, porque existe uma mediação. Nós não vamos sacrificar a vida pela humanidade, mas vamos sacrificar a vida pelo filho, pelo irmão, pelo amigo querido, pela pessoa que nós amamos. Isso é possível. Eventualmente até, por isso chamamos humanidade, mas ai não é pela humanidade, mas é por uma ideia. E aí nós entramos num outro terreno e isso não é usual. O que é, digamos, corriqueiro, o que pode ser básico numa antropologia é para Hume é a benevolência, o autointeresse, o interesse e a benevolência. E o que Rorty diz é basicamente isso: “Olha, nós nos guiamos pela benevolência”. E essa benevolência pode se estender, pode se ampliar com a nossa educação. Com o desenvolvimento de certos valores, nós somos capazes de sentir e pensar, a nossa comunidade humana, o que faz sentido pra nós, o nosso bairro, o nosso grupo, a nossa tribo, a nossa frátria, o nosso país. Nós podemos pensar até a humanidade como a nossa família, então a benevolência pode se estender. Esse vínculo que ele chama de lealdade, que é esse vínculo de amor, de afeto, de cumplicidade, pode se estender. Quando falamos de justiça, do ponto do vista ideal nós sabemos defini-la, nós temos ou não da definição, que atribuamos a essa palavra, mas sabemos como defini-la. No entanto, ao praticá-la nós seremos motivados pelos desejos, pelos afetos, pelas lealdades, e, com muito esforço, sacrificaremos essas lealdades primárias no altar das lealdades superiores e mais amplas. Isso pode acontecer, mas é mais difícil. Você tende a esconder o seu filho pra não entregá-lo à polícia. Nós vemos até como uma espécie de perversão um kantiano que por ventura entregue seu filho à polícia ou um stalinista que entregue seu filho à polícia. Há uma compreensão de que isso é humano, tanto que a própria justiça não admite o testemunho dos muito próximos. Desqualifica, até para protegê-los e porque eles compreendem que esse processo se dê. Portanto, do ponto da descrição fática e fenomenológica, digamos, e antropológica ele tá dando curso ao que fora observado por Hume, chamando a atenção para que nós baixemos a bola, que deixemos o idealismo de lado e pensemos concretamente. Estamos falando das lealdades. E quando queremos que as pessoas se encantem pelos ideais de justiça temos que levar em conta essa realidade. Então o que podemos fazer? Nós podemos fazer com que o sentido afetivo de lealdade se amplie até a comunidade, se estenda até o domínio que a própria universalidade se constitua e, assim, a justiça ideal se sobreporia à justiça tal como praticável por seres humanos concretos de carne e osso. Essa ideia muito simples. No **Justiça**, no livro eu estou uma certa forma de fazer justiça que seria perfeitamente compatível, eu acho, com determinados sentimentos básicos. Se você

quer primeiro restabelecer, reparar o que a vítima perdeu ou em parte perdeu, o seu sofrimento, isso é compassível em relação à vítima. E se você, por outro lado, acha que novas vítimas não devem existir, ou seja, quer, portanto, reduzir as chances de que aquele "mal" se repita, você provavelmente estará de acordo com esforços que lhe convençam sobre a sua importância no sentido de reduzir a reprodução daquela dinâmica geradora do mal que você deseja evitar. É bastante natural isso. Eu procuro é mostrar que aplicar dessa forma nós podemos escutar com outro sentimento meio atávico, muito forte que o sentimento da vingança. O outro da lealdade, você é leal a alguém então você odeia quem odeia a pessoa que você ama, ou você odeia a pessoa que a pessoa que você ama e odeia, ou você odeia a pessoa que faz mal à pessoa que você ama. Para ser bem simplório, né? Então a vingança é uma espécie de contrapartida da lealdade, a contraparte dela. É muito difícil você separar a lealdade da vingança, o amor do ódio etc. E isso é relativamente possível se você demonstrar que vale a pena o sacrifício de aposentar a vingança. Se você ganhar um universo, um mundo de paz e uma condição mais propícia à reparação e uma condição mais propícia que não se repita o ato que você quer evitar, talvez você aceite até sacrificar a vingança em nome desse ganho. De qualquer forma os motivadores não se alteram. Eu estou respeitando esse individualismo de quem odeia, ama, é benevolente, busca lealdade.

REFERÊNCIAS:

SOARES, Luiz Eduardo. "A centralidade do pragmatismo para as ciências sociais e a teoria política". In: CÍCERO, Antonio e SALOMÃO, Waly (org.). **O relativismo enquanto visão de mundo.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994. p.135-148.

_____. "O Mágico de Oz e outras histórias sobre a violência no Rio". In: SOARES, Luiz Eduardo *et al*,. **Violência e política no Rio de janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996ª, pp.251-272.

_____. "O Herói Serial e a sensibilidade pragmática". In: SOARES, Luiz Eduardo *et alii*,. **Violência e política no Rio de janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996b pp.283-309 .

_____. **O experimento de Avelar**: romance. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **Meu casaco de general.** Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. "A ética e o intelectual do Século XXI". In: ROITMAN, Ari. (org.). **O desafio ético**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000b. p.47- p.77.

_____. **Legalidade libertária.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006a.

_____. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006b.

_____. **Justiça.** Pensando alto sobre violência, crime e castigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. **Tudo ou nada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. BATISTA, André. e PIMENTEL, Rodrigo**. Elite da tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. MV BILL e ATHAYDE, Celso. **Cabeça de Porco.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. LEMOS, Carlos Eduardo R. e MIRANDA, Rodney R. **Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. FERRAZ, Cláudio. BATISTA, André.e PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da Tropa 2**. Nova Fronteira, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. (Ed.) **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.